



Adiada votação de projeto sobre reajustes

Proposta que afeta policiais seria examinada em dia de protesto

CARINA BACELAR
carina.gomes@oglobo.com.br

O projeto de lei que adia, para a partir de 2020, reajustes de servidores da área da segurança que seriam concedidos em 2017, 2018 e 2019 será retirado da pauta da próxima segunda-feira, quando estava previsto para ser votado na Assembleia Legislativa. No mesmo dia, está marcada uma grande manifestação na porta da Alerj contra o pacote anticrise do governo do estado, e muitos participantes dos últimos protestos têm sido policiais e bombeiros. Na última terça-feira, primeiro dia de votações do pacote, os arredores da Casa se transformaram numa verdadeira praça de guerra, com PMs lançando bombas de gás lacrimogêneo e manifestantes atirando pedras e disparando rojões.

O presidente da Alerj, Jorge Picciani, transferiu a votação para quarta-feira, mas fontes ligadas ao governo afirmam que a proposta não tem chance de ser aprovada. De acordo com uma delas, há o temor de uma paralisação de policiais, o que poderia levar o caos às ruas. Um deputado observou que a segurança é hoje a área "mais sensível" do estado:

— É uma área que preocupa.

Opinião

IGNORÂNCIA

É CERTO que a Alerj esvaziou o pacote de austeridade formulado pelo governo Pezão, como ficou evidente no balanço publicado ontem pelo GLOBO.

O QUE os deputados colocaram no lugar? Não poderá ser aumento de impostos, porque assim tornarão dramática uma situação que já se encon-

tra péssima. Afinal, as receitas cairão ainda mais.

OS PARLAMENTARES e as corporações que os pressionam demonstram ainda não ter entendido a gravidade da crise fiscal, de que não se sairá sem cortes nos gastos.

ESPERAM O colapso dos serviços públicos para agir?

A sociedade está lá fora aguardando esse serviço.

Com o adiamento, haverá mais um dia de votação da série de medidas anticrise.

"VIROU EMBRULHO"

É mais um recuo no pacote que, segundo um parlamentar da base do governo, "virou embrulho". Por enquanto, o cálculo é que, com as medidas já aprovadas e aquelas que ainda devem ser (com modificações), o governo obtenha R\$ 1,5 bilhão em 2017. Inicialmente, a estimativa era chegar a R\$ 13 bilhões.

A expectativa é que duas medidas impopulares sofram muitas alterações caso sejam aprovadas. Uma delas é a que aumenta a alíquota previden-

ciária de 11% para 14% até 2019. A base do governo tenta encurtar esse escalonamento, para que os 14% já estejam em vigor em 2018. Desse jeito, em 2017, haveria um ganho de R\$ 190 milhões na arrecadação. No ano seguinte, seria o dobro desse valor.

Outro texto que vai sofrer mudanças é o que aumenta a alíquota de ICMS de vários produtos. No caso da energia residencial, a ideia é que o aumento só atinja quem consome mais de 300kW/h por mês, e não 200kW/h, como está no projeto. Os governistas ainda tentam um meio-termo, fixando esse limite em 250kW/h. Se passar assim, a proposta renderá R\$ 500 milhões por ano.

Até agora, as medidas mais

impactantes em termos de receita são modestas: o projeto que limitou o Bilhete Único Intermunicipal a isentos de Imposto de Renda vai gerar uma economia de R\$ 340 milhões; já a proposta que estabelece um limite mínimo de 20 salários mínimos para que dívidas do estado entrem em precatórios renderá R\$ 40 milhões.

PACOTE ENCOLHE

A cada dia que passa, o pacote anticrise composto por 22 medidas fica mais diferente. O ajuste fiscal proposto pelo estado encolheu e termina sua primeira semana de votação no plenário da Alerj com 11 projetos a menos — dez foram retirados de pauta e um, rejeitado.

Anteontem, por exemplo, o pacote perdeu dois projetos. O que previa o fim do Renda Melhor, programa social que custa R\$ 13 milhões por mês, foi rejeitado por unanimidade. E o que estabeleceria o uso de 40% dos fundos de órgãos e poderes para pagamento de pessoal foi retirado de pauta, com o aval do próprio Executivo, que pretende negociar a utilização desses recursos caso a caso. O texto, segundo deputados, era inconstitucional.

Enquanto o pacote enfrenta problemas, parlamentares já falam sobre a possibilidade de um impeachment do governador Luiz Fernando Pezão. Alguns acreditam que a situação vai se tornar insustentável a partir do início do ano que vem, com o não pagamento do 13º salário. ●